

Reconhecimento e Redistribuição nas Mídias Digitais do Projeto Común Tierra

Recognition and Redistribution in the Digital Media of the Común Tierra Project

■ GUILHERME OLIVEIRA CURI^a

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Santa Maria – RS, Brasil

■ VENEZA MAYORA RONSINI^b

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Santa Maria – RS, Brasil

RESUMO

O artigo discute questões de reconhecimento, sustentabilidade e redistribuição a partir do monitoramento e análise das mídias digitais do projeto Común Tierra, empreitada itinerante originada a partir de uma viagem de seis anos pela América Latina com o objetivo de documentar comunidades sustentáveis e projetos ecológicos em diferentes países. Tomamos como base analítica a categoria de *paridade participativa*, partindo da hipótese de que as mídias do projeto podem ser consideradas processos comunicacionais comunitários responsáveis por divulgar pedagogicamente práticas ecológicas e promoverem um modo de vida sustentável como alternativa no sistema capitalista.

Palavras-chave: Sustentabilidade, comunicação comunitária, mídias digitais, reconhecimento, redistribuição

ABSTRACT

This article discusses issues of recognition, sustainability, and redistribution by monitoring and analyzing the digital media of the Común Tierra project, an itinerant undertaking that originated from a six-year journey through Latin America with the aim of documenting sustainable communities and ecological projects in different countries. We take as a starting point the analytical category of participatory parity. We also start from the hypothesis that we could understand the media produced at the project as community communication processes responsible for pedagogically disseminating ecological practices and promoting sustainable ways of life as an alternative to the capitalist system.

Keywords: Sustainability, community communication, digital media, recognition, redistribution

^a Professor substituto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Maria (Capes PrInt/UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9464-4231>. E-mail: curi.guilherme@gmail.com

^b Professora titular do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Pesquisadora PQ2 do CNPq. Estágio sênior na Loughborough University (Capes PrInt). Coordena o grupo de pesquisa Usos Sociais da Mídia (CNPq). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8669-3148>. E-mail: venezar@gmail.com

¹Forma pela qual é conhecido o documento “Nosso Futuro Comum” (*our common future*). Coordenada pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento buscava propagar a ideia de desenvolvimento sustentável.

NO INÍCIO DO novo milênio, assim como nos lembra Henry Acelard (2009), diferentes tipos de matrizes discursivas foram associadas à noção de sustentabilidade desde 1987, quando o “Relatório Brundtland”¹ (Brundtland, 1987) a colocou no debate mundial. Entre essas matrizes discursivas, Acelard (2009) destaca a da eficiência, que teria como objetivo combater o desperdício material do desenvolvimento, abrangendo também a racionalidade econômica ao espaço mercantil planetário; a da escala, que defende um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele desempenha sobre o meio ambiente; a da igualdade, que busca relacionar e articular princípios de justiça e ecologia; a da autossuficiência, que propaga a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais das transações financeiras do mercado global como estratégia direcionada para assegurar a capacidade de autorregulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; e a da ética, que se insere na apropriação social do mundo material em constante diálogo sobre os valores morais e coloca em evidência “as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade de vida do planeta” (Acelard, 2009, p. 43).

De fato, as diferentes noções de sustentabilidade e as respectivas matrizes discursivas relacionam-se aos resultados sociais desejados e às funções e articulações que determinados discursos pretendem tornar realidade. Ou seja, “é sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras de sustentabilidade no futuro” (Acelard, 2009, p. 46). E neste campo encontra-se a luta – simbólica, discursiva, comunicacional – de grupos e organizações pelo reconhecimento de ser sustentável e pelo direito de ser sustentável em um mundo em que impera a lógica hegemônica de consumo.

Este artigo propõe apresentar o caso de comunidades sustentáveis situadas no meio rural, no Brasil e em países latino-americanos, que têm em comum com outros tipos de comunidades intencionais ao redor do mundo a defesa de um modo de vida autossuficiente, baseado na permacultura (Arruda, 2018; Capello, 2013; Nery, 2017). Em termos práticos, esse modelo caracteriza-se pela adoção da alimentação vegana ou vegetariana; produção agrícola de subsistência; rejeição à sociedade de consumo e ao uso de combustíveis fósseis; inspiração no modo de vida dos povos originários ou de comunidades tradicionais; e constante interação econômica com parceiros locais e regionais.

Fruto de uma pesquisa de pós-doutoramento, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), este estudo tem como objetivo principal investigar o projeto Común Tierra, responsável pelo mapeamento de comunidades sustentáveis e de ecovilas na América Latina. Para isso, em 2020, monitoramos e analisamos as plataformas digitais do projeto,

responsáveis por difundir práticas sustentáveis na internet, com atenção especial à presença do projeto no YouTube e no Facebook, redes em que conta com expressivo número de seguidores e visualizações, ou seja, possuem mais popularidade e capacidade de disseminação dos ideais do projeto e, consecutivamente, das práticas sustentáveis.

A categoria de *paridade participativa*, que tomamos como base, está relacionada a noções de sustentabilidade e parte das discussões teóricas sobre *reconhecimento e distribuição*, de Nancy Fraser. Além da análise das mídias digitais do projeto Común Tierra e das suas relações com as questões de reconhecimento e justiça distributiva, questionamos, como objetivo específico, se essas mídias digitais podem ser concebidas como mídias comunitárias, à luz da discussão de Muniz Sodré, Raquel Paiva e Círcia Peruzzo.

Como introdução ao tema proposto, Capello (2013) aponta que o conceito de *ecovila*, um dos principais focos deste estudo, não deveria se resumir ao estabelecimento de uma lista de “soluções verdes” ou equipamentos e formas de interações socioambientais que colaborem para aumentar gradativamente as práticas ecológicas dos moradores. Entretanto, tais práticas não se restringem a benefícios internos às ecovilas e adjacências, pois fazem parte de ações vinculadas a organizações globais que promovem os valores das diferentes vertentes do ambientalismo (Castells, 2000; Leis, 1999) em função da grave crise ambiental que ameaça o planeta.

As contradições que envolvem o conceito de *desenvolvimento sustentável* (Leis, 1999) – em um continuum que se estende desde uma modalidade de gestão empresarial até a convergência entre ambientalismo e espiritualidade – parecem se reproduzir nas comunidades sustentáveis, pressionadas pela necessidade de sobreviver economicamente com a prestação de serviços coletivos e individuais e de manter os ideais utópicos de uma vida que priorize o bem-estar coletivo de seus membros e de todos os seres vivos.

Uma das críticas a estas comunidades diz respeito ao relativo isolamento social e ao seu elitismo de classe (Nery, 2017). No entanto, parece difícil responsabilizá-las por não incluir pessoas de baixa renda ou de minorias étnicas quando são escassas as políticas públicas para financiamento dos seus projetos de sustentabilidade. Logo, as comunidades sustentáveis representam hoje um modo alternativo de vida aos parâmetros de consumo atual, diante de um mundo onde a acumulação de riquezas sem distribuição igualitária de benefícios sociais exacerbou contradições e conflitos em áreas rurais e nos grandes e médios centros urbanos latino-americanos.

Segundo dados lançados em janeiro de 2020 pela organização não governamental (ONG) Oxfam, entre junho de 2018 e junho de 2019, a riqueza global,

além de aumentar, permanece densamente concentrada “no topo da pirâmide de distribuição: o 1% mais rico, em termos de perfil patrimonial, detinha, em meados de 2019, mais do que o dobro da riqueza líquida possuída por 6,9 bilhões de pessoas” (“Desigualdades...”, 2020). Desigualdade que ficou ainda mais evidente com a pandemia da covid-19, que se alastrou por todo o planeta e já vitimou mais de 6,32 milhões de pessoas, além de deixar mais de 115 milhões de pessoas vivendo em condição de miséria em todo mundo enquanto a fortuna dos bilionários cresceu 27% em 2020 (“Os cálculos...”, 2020).

Diante desse quadro, a chave principal para interpretar as comunidades sustentáveis seria observá-las como “uma tentativa de encontrar um sistema de valores que defina a justa medida humana” (Silva, 2013, p. 19). Em sentido semelhante, para Capello (2013), é necessário perceber que as comunidades sustentáveis seriam amostras de possibilidades de novos assentamentos humanos e vida comunitária, mas que não constituem “uma saída universal” para os problemas do mundo. Para a autora, trata-se de um empreendimento que é “fruto de uma opção grupal e comunitária ou de uma filosofia de vida, uma entre tantas que marcam a sociedade ocidental moderna e pluralista . . . um ideário e uma pedagogia” (p. 14).

Em outras palavras, as comunidades sustentáveis apresentam-se como formas de ação comunitária, social e ecológica, voltadas para pedagogia de mudanças que engloba as relações dos seres humanos com a natureza, em termos da preservação e regeneração do meio ambiente, na qual a lógica de redistribuição, como veremos, está inserida.

A partir destas primeiras reflexões, apresentamos três hipóteses, uma delas, teórica: (1) as ideias sobre a harmonia entre humanos e natureza, contrárias à lógica capitalista da maximização dos lucros, podem ser adotadas para além dos limites espaciais das comunidades sustentáveis; (2) as mídias digitais demonstram ser adequadas para disseminar ideais ecológicos e práticas sustentáveis, ou seja, são responsáveis pela ampliação e propagação destas ideias; e (3) podemos considerar as mídias digitais do projeto Común Tierra mídias comunitárias responsáveis pelo compartilhamento de práticas sustentáveis.

A partir das hipóteses, formulamos as seguintes questões: pode esse modo de vida comum a um número pequeno de comunidades, através das mídias comunitárias, fazer frente à devastação ambiental e à desigualdade social na sociedade capitalista? Como pode a ideia da harmonia entre humanos e não humanos frutificar via mídias digitais, ou seja, para além dos limites espaciais das comunidades sustentáveis? Em que medida as mídias digitais do projeto são mídias comunitárias, visto que são planejadas e produzidas por pessoas externas às comunidades?

Argumentamos aqui que as comunidades sustentáveis visitadas pelo projeto Común Tierra representam ações comunitárias que envolvem a possibilidade de um intercâmbio cultural, econômico e social no qual o comum não significa a redução das diferenças a um mesmo denominador (García Canclini, 2004). Ao refletir sobre o significado da apreensão do comum na cultura latino-americana, a par de todas as diferenças e desigualdades entre grupos e etnias, García Canclini (2004) defende que a integração política e cultural continua tão necessária quanto a autonomia dos grupos para a construção de um projeto sociopolítico para a superação das desigualdades.

Em raciocínio semelhante, para Sodré (2014), a comunica o revela-se como principal forma organizativa e política na sociedade contemporânea, porque a significa, de fato, em sua radicalidade, “o fazer organizativo das media es imprescindíveis ao comum humano, a resolu o aproximativa das diferenças pertinentes em formas simbólicas” (p. 15).

Para a discussão e análise propostas, dividimos o artigo em três t picos principais, além da introdu o e das considera es finais. O primeiro descreve o projeto Común Tierra como objeto de estudo e a metodologia aplicada na investiga o; o segundo apresenta as discussões teóricas e as categorias de análise aplicadas. Em um terceiro momento, é descrita a análise do objeto de estudo, com objetivo específico de respondermos se estamos diante de uma forma de m dia comunitária.

OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA APLICADA

O Común Tierra   uma empreitada nômade, itinerante, que existe desde 2010, com o objetivo de documentar comunidades sustentáveis e projetos ecológicos de comunidades intencionais. O projeto foi criado pelo casal de jovens de classe média Letícia Riggati, formada em Comunica o Social, brasileira, e Ryan Luckey, estadunidense. Eles viajaram por seis anos pela América Latina, e até 2016 visitaram 150 aldeias de povos originários e diferentes comunidades sustentáveis. Entre os países visitados estão México, Nicarágua, Chile, Equador, Peru, Argentina, Uruguai e Brasil, onde circularam durante os últimos seis meses da viagem.

Pelo fato de o casal ter entrado pelo sul, na fronteira do Brasil com o Uruguai, na cidade do Chu , as comunidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram as primeiras visitadas e documentadas. Entre elas estão as comunidades agroecológicas assentadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, e a Ecovila São José, em Santa Catarina.

Depois de alguns poucos meses nesses locais, o casal rumou para a comunidade de Serra Grande, no sul da Bahia. L , eles se instalaram com os filhos e,

em meados de 2017, construíram uma nova casa. Neste local, eles começaram o processo de assentamento com outras famílias da região, onde residem até hoje.

Toda experiência foi documentada com a utilização de dispositivos tecnológicos, câmeras, computadores, telefones celulares e mídias itinerantes, compartilhadas em redes sociais, com guias multimídias, fotos e vídeos. O casal conta, em entrevista disponível nas mídias digitais do projeto, que o registro foi feito através do que eles chamam de *jornalismo de pés descalços*, com “uma mão na horta e a outra filmando e documentando”.

Começamos por definir os locais visitados pelo projeto Común Tierra como comunidades que vivem local e internamente e se conectam global e externamente, através de redes pessoais e digitais; na sequência, discorreremos sobre a importância da comunicação online na própria constituição e manutenção econômica e simbólica, ou seja, como formas de reconhecimento social destas comunidades. Como mídias digitais, consideramos todos os conteúdos produzidos e disponibilizados em ambiente virtual de forma multimídia nos canais de comunicação do projeto, no ano de 2020. Ou seja, os conteúdos disponíveis nas redes sociais na internet e plataformas online tais como YouTube, Facebook, blog e site (Figura 1).

Figura 1

Site do projeto Común Tierra



Nota. Reprodução da tela inicial do site do projeto Común Tierra.

A metodologia utilizada foi a de observação, monitoramento e análise qualitativa das mídias digitais a partir das categorias de análises descritas no próximo item. Segundo Depexe (2015), o monitoramento pressupõe o acompanhamento e a observação dos fluxos de conteúdo nas redes e as atividades,

demarcadas temporalmente. Assim, o período observado e monitorado se estendeu de março a dezembro de 2020, quando foram coletadas as informações que proporcionaram percepções sobre os usos e apropriações da internet como plataforma de interação e divulgação de determinados conteúdos e participação individual e coletiva.

Além disso, é importante ressaltar que o estudo foi, em parte, guiado pela análise de redes, método proposto por Malini (2017), em que se busca identificar, processar e interpretar os pontos de vista expressos nas interações em espaços virtuais e redes sociais online, produzidos ou moderados pelos organizadores do projeto em questão. Do ponto de vista empírico, o método apresenta conceitos de perspectiva topológica e temporal nas análises de redes sociais e meios digitais, a partir da produção de mensagens escritas e imagens produzidas pelos perfis.

CATEGORIAS DE ANÁLISE E CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

Axel Honneth (2003), filósofo e sociólogo que desenvolveu a teoria do reconhecimento, afirma que “a dependência distintamente humana do reconhecimento intersubjetivo é sempre moldada pela maneira particular pela qual a concessão mútua de reconhecimento é institucionalizada em uma sociedade” (p. 138). Desta forma, essa institucionalização da concessão mútua de reconhecimento social se dá em diferentes instâncias, incluindo a midiática. Neste sentido, as plataformas digitais do Común Tierra estão inseridas na sociedade em rede (Castells, 2000), que enfrenta a desanimadora perspectiva de uma incessante crise de proporções catastróficas para a vida no planeta, privilegiando as redes digitais como forma de estruturar o sistema de ganância econômica, enquanto este promete conexões para aumentar o consumo e a participação cidadã por um conjunto de narrativas produzidas na mídia, no Estado e nas instituições.

Aqui, o reconhecimento, quase que inevitavelmente, acaba ocupando um lugar-chave no debate teórico para aqueles que se propõem a discutir novas perspectivas socioculturais de organização das comunidades sustentáveis dentro destas redes. Para Nancy Fraser (2006), que expande as discussões de Honneth, o reconhecimento cultural tem substituído a redistribuição econômica como remédio e solução para a injustiça social e ocupado lugar de destaque na luta política em níveis local e global.

Segundo a autora, é necessário desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento que identifique e assuma a defesa de versões da política cultural da diferença, as quais possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade. Fraser demonstra o objetivo de conectar duas problemáticas até então

dissociadas, o reconhecimento e a redistribuição, pois somente integrando ambas chegaríamos a um quadro conceitual adequado às demandas contemporâneas.

Capello (2013), por sua vez, aponta que as comunidades sustentáveis e intencionais possuem a particularidade de aliar a preocupação com os problemas ambientais ao aumento da consciência a respeito da necessidade de experimentar novos modos de vida, pautados na distribuição justa dos bens materiais e culturais. Podemos interpretar, então, que as comunidades sustentáveis estariam preocupadas em associar as questões de reconhecimento à redistribuição.

Neste sentido, Fraser (2006) aponta que é necessário atentar para duas formas de injustiça: a econômica, que cada vez mais se aprofunda na estrutura econômico-política das sociedades atuais; e a cultural ou simbólica, que se aprofunda “nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação” (p. 231). Vale dizer, a filosofia política de Fraser captura a sinergia entre desigualdades econômicas, cultura e discurso (Dahl et al., 2004), enfatizando o perigo de análises que simplesmente ignoram as políticas de redistribuição em troca da sobressaliência das políticas de identidade.

Para Fraser, diferentemente de Honneth, o reconhecimento deve ser concebido como uma questão de justiça. Segundo a autora, é injusto que a alguns grupos e indivíduos seja negada a *condição de parceiros integrais na interação social* meramente em virtude de padrões institucionalizados de valoração cultural – de cujas construções eles não participaram em condições isonômicas – que deprecia as características distintivas que possuem ou que lhes são atribuídas. Deve-se dizer, então, “que o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação da justiça” (Fraser, 2007, p. 112).

Logo, para tratar o reconhecimento como uma questão de justiça, ainda segundo Fraser, deveríamos perceber o não reconhecimento como subordinação de status², ou seja, localizar o equívoco nas relações sociais, não na psicologia social ou interindividual.

Ainda na concepção da autora, o centro normativo deve ser a noção de *paridade de participação*. De acordo com este parâmetro, a justiça requer arranjos sociais que permitam aos membros da sociedade interagir como parceiros. Primeiro, a distribuição dos recursos materiais deve acontecer de modo que assegure a independência e voz dos participantes, denominada *condição objetiva* da paridade participativa. Ainda, a segunda condição, para Fraser, requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito aos participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social, que ela chama de *condição intersubjetiva* da paridade participativa. Tais condições servem de parâmetro teórico para as análises propostas.

² Não concordamos com Fraser que seja necessário desconsiderar as validações das identidades em troca das validações pela igualdade de status, pois pensamos que a afirmação das diferenças identitárias não impede essa igualdade. Nem todas as lutas identitárias se encaixam no que ela designa como comunitarismo repressivo.

É necessário ressaltar que tanto a condição objetiva quanto a condição intersubjetiva são necessárias para a paridade de participação e não podem ser tratadas isoladamente. A condição objetiva tem como foco as preocupações tradicionalmente associadas com a teoria da justiça distributiva e relacionadas à estrutura econômica da sociedade e às diferenciações de classes sociais, como a demarcação de terras indígenas. Já a condição intersubjetiva relaciona-se à ordem de status da sociedade (que é diferente de identidades), e às hierarquias de status culturalmente definidas. Assim, uma concepção ampla da justiça, guiada pela norma da paridade participativa, considera mutuamente redistribuição e reconhecimento.

Como, então, as reivindicações por reconhecimento podem ser analisadas nas mídias digitais do projeto Común Tierra e em outras ações que buscam conscientizar a população sobre as diferentes noções de sustentabilidade? A abordagem proposta aqui, como já exposto, considera a paridade participativa como um padrão avaliativo, categoria principal de análise desta investigação.

Segundo Fraser (2007), aqueles que reivindicam redistribuição devem mostrar que o cenário econômico vigente lhes nega as condições objetivas para a paridade participativa. Já os reivindicantes do reconhecimento devem mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural lhes negam as condições intersubjetivas necessárias. Em ambos os casos, portanto, a norma da paridade participativa é o modelo para justificar a reivindicação. Em ambos os casos, também, a paridade participativa serve para avaliar as soluções propostas contra a injustiça. Isso significa que, “independentemente de estarem demandando redistribuição ou reconhecimento, os reivindicantes devem mostrar que as mudanças sociais que eles perseguem irão, de fato, promover a paridade de participação” (p. 125).

Destarte, temos também como hipótese que as mídias digitais do projeto Común Tierra podem ser consideradas como processos comunicacionais comunitários responsáveis por reivindicar tanto questões de redistribuição quanto de reconhecimento.

Paiva (2007) destaca dois atributos que servem para qualificar um processo comunicativo como comunitário. O primeiro está relacionado aos conteúdos comunicados. Segundo a autora, este tipo de comunicação surge da percepção do caráter enviesado e deslocado dos conteúdos veiculados pelos canais convencionais de massa e, a partir daí, do desejo de produzir informações que tratem de problemas locais e regionais de modo mais fidedigno. Outro atributo destacado seria a participação da comunidade na elaboração da programação a ser veiculada. Por mais que o veículo seja de propriedade particular, só poderá ser caracterizado como comunitário caso as pessoas da localidade tenham uma participação ativa na definição dos conteúdos e dos enfoques a serem adotados.

Portanto, um veículo comunitário seria aquele que trata de temas relevantes à comunidade, de modo formativo (e não meramente informativo), e que conta com a participação da própria comunidade em seu funcionamento cotidiano.

Peruzzo (2007), por sua vez, destaca o caráter pedagógico dos processos comunicacionais comunitários, que possuem a responsabilidade de difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Tais características, assim como as condições objetivas e subjetivas da paridade participativa, serão observadas a seguir.

ANÁLISE DAS MÍDIAS DIGITAIS DO PROJETO COMÚN TIERRA

A partir dos conceitos teóricos de reconhecimento, redistribuição e comunicação comunitária trabalhados até aqui, partimos para análise dos conteúdos midiáticos produzidos pelo projeto Común Tierra.

Nos mais de 70 vídeos e documentos disponíveis nas plataformas digitais do projeto, estão as entrevistas e os trabalhos desenvolvidos nas comunidades sustentáveis, ecovilas e centros de permacultura. No site do projeto – que está disponível em português, espanhol e inglês –, além de diferentes materiais, links e documentos, o principal atrativo é um mapa da América Latina com todas as comunidades sustentáveis visitadas e a descrição de cada uma. Além disso, dentro do próprio site, existe um blog, atualizado até 2018, com as atividades do projeto depois da viagem.

A última postagem do blog aborda uma roda de debates ocorrida em Ilhéus, Bahia, sobre os “Direitos da Mãe Natureza”, com a pesquisadora Vanessa Hasson, especialista no tema, que atua na gestão e desenvolvimento de projetos socioambientais junto com o poder público e o terceiro setor. Trata-se, na verdade, de um movimento que trabalha na implementação de legislações que conferem direitos legais ao meio ambiente no Brasil e no mundo. Na ocasião, estiveram presentes moradores de comunidades sustentáveis da região, representantes do legislativo e executivo baiano, além de pesquisadores da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), o que demonstra o caráter político e representativo do movimento relacionado às questões de reconhecimento e redistribuição e às condições objetiva e intersubjetivas de paridade participativa (Fraser, 2006, 2007). Ou seja, ao inserirem o projeto em discussões com o poder público, os participantes passam a reivindicar mudanças tanto de ordem econômica e social quanto culturais e representativas.

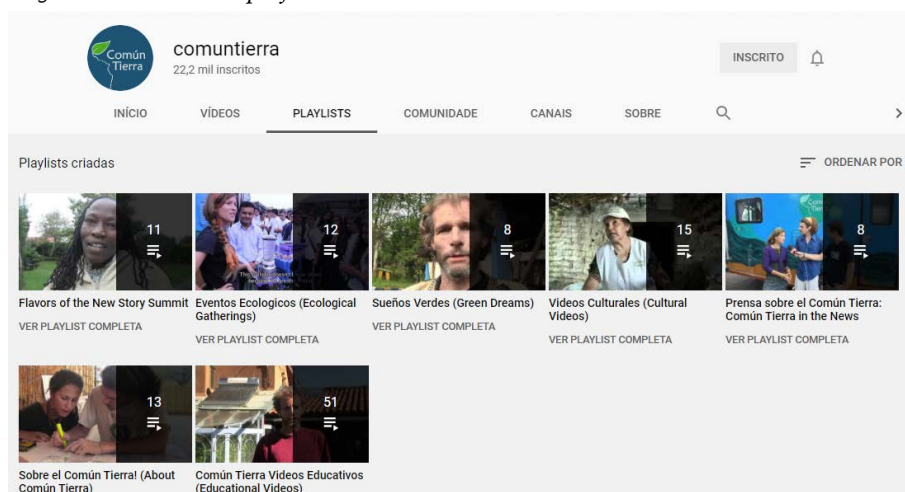
Ainda, a descrição no site afirma que o objetivo principal do projeto é difundir informações educativas para o aprimoramento de técnicas e ferramentas com enfoque sustentável, através de visitas em diferentes localidades, o que nos permite

argumentar que estamos diante de um processo comunicacional comunitário. Segundo Paiva (2007), a comunicação produzida por estes novos meios gera, a todo momento, novas formas de linguagem, produzindo efetiva interferência na alteração de posturas sociais. Ou seja, tem por característica principal atuar com o propósito primeiro da educação. Para a pesquisadora, “a perspectiva educacional é prerrogativa primária de um veículo comunitário e, por esta razão mesmo, sua atividade não se esgota na mera produção de mensagens noticiosas” (p. 144).

Nesta mesma lógica, na página do YouTube (<https://bit.ly/3adwNQd>), que, em 2022, conta com 25,6 mil inscritos (no começo de nossa análise, em março de 2020, eram 20,9 mil inscritos), encontra-se uma vasta quantidade de material produzido pelo projeto. Este espaço midiático é a plataforma mais importante do Común Tierra, em que estão vinculados todos os materiais audiovisuais produzidos pelo casal. Por estes motivos, foi dada uma maior atenção para as análises desta plataforma (Figura 2).

Figura 2

Página no YouTube do projeto Común Tierra



Nota. Reprodução do canal do projeto Común Tierra no YouTube.

Optamos, assim, por dividir as seções dos vídeos do projeto disponíveis no YouTube em cinco subgrupos para realizar as análises:

(1) Vídeos educativos: Aqui estão disponíveis registros audiovisuais com enfoque educacional, ou seja, comunitário, técnico ou demonstrativo e que abordam questões de sustentabilidade encontradas nos diferentes assentamentos e comunidades que o projeto documentou na América Latina e no mundo. Os vídeos dessa seção utilizam músicas ao fundo, com linguagem coloquial, que mesclam

falas do casal a depoimentos das pessoas que trabalham e vivem nas ecoaldeias latino-americanas visitadas, com duração média de cinco a seis minutos.

Na página, encontram-se disponíveis 51 vídeos educativos que tratam sobre práticas voltadas para sustentabilidade, como: construção de moradias com barro e palha, na chamada técnica de adobe; produção de pasta de dente com insumos naturais; montagem de um forno com energia solar e de um *motor home* ecológico; elaboração de tinturas medicinais; dicas de permacultura em escala familiar; e construção de um biodigestor de baixo custo. Praticamente todos os vídeos contam com a participação dos integrantes das comunidades visitadas que compartilham diferentes tipos de ensinamentos de práticas sustentáveis. Aqui constatamos mais uma característica de comunicação comunitária presente, que seria a participação da própria comunidade na elaboração dos conteúdos.

Outra importante questão a ser destacada são os vídeos que tratam da promoção de redes de diálogo entre as comunidades e de como organizá-las internamente. Ao todo são dez vídeos nessa seção, concebidos como educativos. Aqui percebemos a condição intersubjetiva de paridade participativa relacionada à ordem de status da sociedade, em uma concepção pedagógica de justiça social ambiental compartilhada e organizada coletivamente nas comunidades latino-americanas visitadas. Percebe-se que há a intenção de dar voz aos líderes de cada comunidade e, assim, através das redes sociais, buscar uma possível interação entre eles.

(2) Vídeos dedicados a eventos ecológicos: a segunda seção documenta encontros internacionais voltados à sustentabilidade e a ecovilas de que o projeto Común Tierra participou ou realizou durante a viagem e depois dela. Nesta parte, estão disponibilizados 12 vídeos produzidos entre os anos de 2010 e 2014, como o “Pepena Fest: Festival de Reciclagem na Capital do México”, de 2010, sobre um encontro que tem como tema principal a reciclagem, práticas e soluções para o lixo e resíduos descartáveis. Nesta seção, está também um vídeo sobre o Terceiro Encontro Argentino de Permacultura, realizado em Junin, Mendoza, Argentina, em outubro de 2013, e as conferências da Rede Global de Ecovilas (GEN), em 2013 e 2014, realizadas na Suíça e Alemanha, respectivamente. Estes encontros reúnem cerca de 300 ativistas de 51 países e lideranças de diferentes movimentos de comunidades confessionais e ecovilas de todo o mundo. Nesta seção, assim como ressaltado nos vídeos educativos, evidencia-se também a noção de reconhecimento e redistribuição dentro da categoria de paridade participativa defendida por Fraser, na qual o discurso de igualdade e justiça ambiental está presente, uma vez que as comunidades se apresentam como formas organizativas de combate às disparidades ecológicas em nível global, formando redes de apoio mútuas, ainda que em diferentes escalas

hierárquicas e eurocêntricas. A GEN, por exemplo, é coordenada por europeus, e as lógicas organizacionais, mesmo que na tentativa de se contrapor ao sistema capitalista através da promoção de práticas ecológicas e sustentáveis, contêm também características mercadológicas do racionalismo moderno ocidental, o que deixa claro os limites estruturais de algumas mudanças propostas.

(3) Vídeos culturais: na terceira seção analisada, estão os vídeos que tratam sobre expressões artísticas das culturas populares, povos originários e tradicionais da América Latina visitados pelo casal Letícia e Ryan. Neste espaço, estão videoclipes produzidos durante as viagens com artistas locais. São, ao todo, 15 vídeos disponíveis, alguns deles com apresentações musicais de artistas que integram as aldeias visitadas, como canções *Kichwa*, música autóctone de Rio Blanco, Equador, e um registro audiovisual sobre o processo de confecção de artesanato em *cabuya*, do cultivo à tecelagem, com uma integrante da Asociación Mujer y Medio Ambiente de Plaza Gutierrez, Equador.

(4) Imprensa: nesta seção está disponível uma coletânea de notícias sobre o projeto, veiculadas em diferentes emissoras de televisão. Aqui estão disponibilizados oito vídeos sobre a representação do projeto pelas mídias tradicionais, universitárias e também hegemônicas corporativas, no Brasil e outros países na América Latina. Neste espaço estão reportagens da TVE Brasil, da CNN em espanhol, exibida no México, do programa *Tierra Viva*, do Canal 7, na Argentina, e da TV Universitaria, da Bolívia. Aqui, a questão do reconhecimento cultural ou simbólico fica mais latente, pois se constata que os integrantes do Común Tierra estão preocupados com a representatividade do projeto em diferentes canais, não importando o seu perfil, como uma forma de legitimação midiática e cultural das causas ecológicas defendidas por eles.

(5) “Sueños Verdes”: essa seção conta com oito vídeos filmados no Encuentro Llamado de la Montaña com depoimentos de ativistas e líderes de comunidades sustentáveis latino-americanas. Cada integrante fala sobre as diferentes perspectivas de um futuro sustentável, um “sonho verde” para o mundo a partir de práticas aplicadas em seus territórios. Aqui se confirma aquilo que Acselard (2009) sugere, ou seja, o sustentável hoje seria a conjugação de práticas portadoras de sustentabilidade no amanhã, um sonho, uma quase utopia em um mundo repleto de disparidades e injustiças sociais e ecológicas.

Por fim, a terceira plataforma monitorada do projeto foi a página do Facebook (<https://www.facebook.com/ComunTierra>), que, no momento de nosso último mapeamento, contava com 8.633 seguidores (Figura 3). Durante esse último mapeamento das redes sociais do projeto, analisamos uma das poucas postagens realizadas durante a pandemia, de 5 de setembro de 2020: o vídeo de uma entrevista que durou cerca de 1h30min, concedida pelo casal Riggati e Luckey, para o

coordenador do projeto Una Nueva Eco, Carlos Rojas, responsável por um centro de informação e encontros para criação de aldeias ecológicas na América Latina.

Figura 3

Facebook do projeto Común Tierra



Nota. Reprodução da página do projeto Común Tierra no Facebook.

O vídeo possuía, até o presente momento, 2.100 visualizações e 70 comentários, a maioria com perguntas sobre permacultura e experiências dos registros, além de elogios e saudações. Nenhum comentário ofensivo foi constatado.

A conversa aconteceu toda em espanhol, e o que mais se destacou foi a atenção dada às formas de relações sociais dentro das ecovilas, ou seja, o aspecto comunitário e comunicacional do projeto. Como podemos constatar no seguinte relato de Rigatti:

O trabalho das comunidades rompe muitos paradigmas. Em algumas das aldeias ficou claro a parte de relações sociais, de construir confiança entre os integrantes. O fator limitante de uma ecoaldeia é o limite da força dos vínculos pessoais, o que permite ou não movimentar uma energia maior. A comunidade é um ser em crescimento, é algo que deve colocar muita atenção e cuidado. . . . A valorização de colocar no centro das funções as relações entre as pessoas, vital para todos os processos, diferente o que acontece no mundo individualizado (informação verbal). (Común Tierra, 2020)

Além dos fatores comunicacionais comunitários, outro assunto preponderante na entrevista foi a questão da autossuficiência nas comunidades sustentáveis, algo muito presente também nos depoimentos registrados no YouTube

a partir das diferentes lideranças dos assentamentos visitados. O casal também ressaltou a necessidade de desenvolver a interdependência econômica e compreender as relações das comunidades sustentáveis como redes de apoio, cadeias sociais e culturais que necessitam dialogar umas com as outras, o que pode ser interpretado também como uma legítima reivindicação de redistribuição, ao questionar as condições econômicas que lhes negam as condições objetivas para a paridade participativa, e de reconhecimento, ao salientar a valoração cultural necessária. Portanto, a norma da paridade participativa é justificada a partir desta reivindicação.

Por fim, também a partir do monitoramento do Facebook do projeto, mesmo que fora de nosso escopo temporal, encontramos duas postagens de apoio e difusão à causa de demarcações de terras indígenas em território nacional. Uma das postagens, de 4 de fevereiro de 2019, por exemplo, é de um vídeo do canal do YouTube Vozes Tupinambá (2019), do cacique Ramon Tupinambá, que traz a palavra do povo Tupinambá sobre a campanha nacional “Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais!” durante mobilização em Olivença, Bahia, com a hashtag *demarcaçãojá*. Aqui, o projeto mais uma vez demonstra uma ação que habita os campos do reconhecimento e da redistribuição, em diálogo com as reivindicações de luta e justiça ambiental dos povos originários brasileiros, para além das questões internas e de ordem práticas dos assentamentos visitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de partida para as considerações finais, ressaltamos que o próprio nome do projeto nos remete ao comum, prefixo de comunicação e comunidade, e, assim como nos lembra Paiva (2007), comunidade seria, então, “o que permite aos indivíduos e aos grupos vislumbrar e perceber a abertura para estender criativamente novas pontes sobre a dissociação humana” (p. 10). Logo, as comunidades sustentáveis, chamadas também de comunidades intencionais, são motivadas pela ânsia de transpor barreiras para além dos próprios assentamentos no ato de primar pela educação e compartilhar de forma pedagógica, através das mídias digitais, diferentes caminhos de sustentabilidades dentro dos limites possíveis, mesmo que de forma restrita e, por vezes, contraditórias nas práticas. Ou, como os próprios interlocutores propõem, “um jornalismo de pés descalços”, no intuito de disseminar tais ações, urgentes em um mundo hegemonicamente capitalista.

Ao longo das análises, as três hipóteses foram confirmadas, duas delas parcialmente. A primeira, sobre a harmonia entre humanos e natureza, por vezes antagonica à lógica capitalista da maximização dos lucros, poder ser adotada

para além dos limites espaciais das comunidades sustentáveis, foi confirmada parcialmente, pois constatamos, a partir das análises e leituras teóricas, que as mudanças somente serão generalizadas se tivermos a transformação do modo de produção capitalista ou a radical mudança em termos de justiça distributiva. Em suma, poderíamos responder que somente no ecossocialismo isso seria possível (Camargo, 2020; Löwy, 2005) e que essa transformação nos parece muito distante, pois, como argumentam esses autores, ela não pode existir sem mudança interseccional. Na relação ecológica entra a ação política, que produz transformações coletivas que contenham em si uma consciência ambiental de classe, tema que pretendemos abordar em futuras análises e que, por opção metodológica e por questões de espaço, não foi discutido neste artigo.

Já sobre a segunda hipótese, atrelada ao argumento anterior, identificamos que, nas mídias digitais do Común Tierra, o que Fraser (2006, 2007) aponta como o reconhecimento cultural e a tentativa de preencher lacunas no lugar da redistribuição socioeconômica é percebido como uma busca por solução para injustiças sociais e objetivo de luta política, por mudança de paradigmas, no caso, ecológicas e de consumo, a partir das ações propostas. Por isso a hipótese é também confirmada parcialmente, ou seja, o que temos agora a nosso alcance é a possibilidade de mudança de padrões de trabalho e de consumo dos grupos humanos reunidos nas comunidades sustentáveis, presumindo que mediação da comunicação digital é condição para a existência e manutenção delas, de uma real paridade participativa.

Por fim, confirmou-se a hipótese de que estamos diante de um processo comunicacional comunitário. Mesmo que seja um projeto itinerante, justifica-se a constatação a partir dos pressupostos de Peruzzo (2009), que chama a atenção para o fato de haver mudanças substanciais nas concepções de comunidade ao mesmo tempo que alguns de seus princípios ainda se verifiquem. Segundo a autora, o sentimento de pertença, a participação, a união de interesses e a interação são características que persistem ao longo da história, enquanto a noção de “locus territorial específico como elemento estruturante de comunidade está superada pelas alterações provocadas pela incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação” (p. 57). De acordo com a pesquisadora, em consonância com aquilo que argumentamos até aqui, não podemos menosprezar a questão do espaço geográfico como importante fator de agregação social em determinados contextos e circunstâncias, no entanto, constatamos que existe uma constante busca por encontrar conexões e semelhanças entre os diferentes locais registrados pelos integrantes do projeto e as respectivas reivindicações por justiça ambiental. Percebemos também que as mídias comunitárias exercem

um papel fundamental na contemporaneidade para a paridade participativa e para as condições objetivas e intersubjetivas de sua aplicação.

Ainda, é necessário ressaltar que, além das análises, estavam previstas também entrevistas presenciais com os integrantes do projeto e uma pesquisa de campo em comunidades sustentáveis no Sul do Brasil, impossibilitadas pela pandemia da covid-19. Outro limite da pesquisa também se deu pelo fato de a comunicação com os organizadores do projeto acontecer de maneira muito restrita, pois prevíamos a realização de uma entrevista semiestruturada, ainda que online, com eles, algo que não aconteceu, mesmo após algumas tentativas. No entanto, tais limitações sanitárias e restrições impostas permitiram maior concentração nas mídias digitais e nas práticas comunicacionais aqui analisadas, que demonstram ser um rico campo para ciências da comunicação e que possuem a capacidade de contribuir para possíveis desenvolvimentos humanitários e ecológicos. ■

REFERÊNCIAS

- Acelard, H. (Org.). (2009). *A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Lamparina.
- Arruda, B. M. (2018). *O fenômeno das ecovilas no Brasil contemporâneo* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório institucional PUC-Campinas. <https://bit.ly/3bDsj5H>
- Brundtland, G. H. (1987). *Our common future*. World Commission on Environment and Development.
- Camargo, J. (2020). Ecosocialismo, uma ideia cujo tempo chegou. In C. R. S. Machado, T. F. Machado, G. L. Tortelli & J. Camargo (Orgs.), *Ação dos oprimidos contra o vírus capitalista: Reflexões desde o vivido* (pp. 131-141). Lutas Anticapital.
- Capello, G. (2013). *Meio ambiente & ecovilas*. Senac.
- Castells, M. (2000). *A sociedade em rede* (Vol. 1). Paz e Terra.
- Común Tierra [@ComúnTierra]. (2020, 5 de setembro). Hola Gente! En un momento de crisis está la oportunidad de cambiar... Aquí compartimos la charla de Común Tierra que [Vídeo]. Facebook. <https://bit.ly/3R2qAqS>
- Dahl, H. M., Stoltz, P., & Willig, R. (2004). Recognition, redistribution and representation in capitalist global society: An interview with Nancy Fraser. *Acta Sociologica*, 47(4), 374-382. <https://doi.org/10.1177/0001699304048671>
- Depexe, S. D. (2015). *Distinção em 140 caracteres: Classe social, telenovela e Twitter* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório digital da UFSM. <https://bit.ly/3ONgXKX>

- Desigualdades, Oxfam: “2.153 super-ricos possuem mais do que outros 4,6 bilhões de pessoas. Enquanto os 50% mais pobres têm menos de 1%”. (2020, 21 de janeiro). *Revista IHU On-line*. <https://bit.ly/3yaCUg2>
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 15(14-15), 231-239. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>
- Fraser, N. (2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, (70), 101-138. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>
- García Canclini, N. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados: Mapas de la interculturalidad*. Gedisa.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Leis, H. R. (1999). *A modernidade insustentável*. Vozes.
- Löwy, M. (2005). *Ecologia e socialismo*. Cortez.
- Malini, F. (2017). Um método perspectivista de análise de redes sociais: Cartografando territórios e tempos na rede. In R. Reis & D. Zanetti (Orgs.), *Comunicação e territorialidades: Poder e cultura redes e mídias* (pp. 83-106). Edufes.
- Nery, D. (2017). *Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca digital de teses e dissertações da USP. <https://bit.ly/3OVem1D>
- Os cálculos que preveem mais 115 milhões de pessoas na miséria no mundo, enquanto fortuna de bilionários cresceu 27%. (2020, 11 de outubro). *BBC Brasil*. <https://bbc.in/3R2JRbZ>
- Paiva, R. (2007). *O retorno da comunidade: Os novos caminhos do social*. Mauad X.
- Peruzzo, C. M. K. (2007). Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, 1(1), 1-29. <https://bit.ly/3QUZORp>
- Peruzzo, C. M. K. (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Revista ECO-Pós*, 12(2), 46-61. <https://bit.ly/3OwsuP7>
- Silva, M. (2013). Prefácio. In G. Cappello, *Meio ambiente & ecovilas* (pp. 9-12). Senac.
- Sodré, M. (2014). *Ciência do comum*. Vozes.
- Vozes Tupinambás. (2019, 4 de fevereiro). *Cacique Ramon Tupinambá – “Sangue indígena: Nenhuma gota a mais!”* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=hYww85OGmbc>

Artigo recebido em 13 de abril de 2021 e aprovado em 17 de março de 2022.